

05.fevereiro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** Samuel de Paiva Pires
- Recebidos por:** Deputados: Elza Pais (PS), Acácio Pinto (PS), Carlos Enes (PS), Catarina Martins (BE), Duarte Marques (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Mónica Ferro (PSD), Odete João (PS), Pedro Delgado Alves (PS) e Rui Jorge Santos (PS)
- Assunto:** Pedido de aplicação do regime da Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto, aos professores do 1.º ciclo de escolas particulares e aplicação do mesmo à sua reforma.
- Exposição:** Denúncia sobre a atribuição de bolsas de doutoramento para a área de Ciência Política pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

O Dr. Samuel Pires começou por agradecer a oportunidade que lhe concederam para expor a sua experiência e denunciar o funcionamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no que à atribuição de bolsas de doutoramento para a área de Ciência Política diz respeito. Fez referência às três candidaturas que submeteu, todas elas rejeitadas: a primeira em 2010, a segunda em 2011 e a terceira em 2012, num momento em que tinha já terminado o mestrado, encontrando-se na Universidade de Durham a desenvolver o projeto que apresentou à FCT, subordinado ao tema “The spontaneous order and the role of tradition in classical liberalism in face of modern rationalism and post-modern relativism”.

Referiu-se à qualidade deste projeto, no que à solidez científica diz respeito, já que foi fruto de um pensamento aprofundado, decorrente dos estudos realizados para a obtenção do grau de mestre, mas também alvo de contribuições e revisões de vários professores de referência da Ciência Política em Portugal, entre eles o Professor José Adelino Maltez, orientador da dissertação de mestrado e também orientador em Portugal do projeto de doutoramento.

Tendo já a experiência de duas candidaturas e tendo melhorado em todos os fatores de avaliação (mérito do candidato, projeto e condições de acolhimento, cuja pontuação de 1 a 5 foi ponderada em 4, 4 e 2, respetivamente), era sua convicção que em 2012 ser-lhe-ia atribuída a bolsa, mas tal não aconteceu. Assim, considera que esta rejeição configura uma situação de injustiça e que a sua experiência acaba por dar razão às críticas e histórias que se ouvem no meio académico em relação à corrupção, falta de transparência e prepotência que reinam na FCT.

Na área da Ciência Política, uma das críticas recorrentes, segundo afirmou, prende-se com os membros do júri, que se mantêm há já vários anos, e com o facto de o júri tender a favorecer candidatos que estudaram na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa ou no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa.

Na sequência de alguma pesquisa e análise dos candidatos a quem foram atribuídas bolsas nos últimos 3 anos, cujos resultados se apresentam de seguida, concluiu que a situação de favorecimento na FCT existe, é grave e deve ser investigada.

- Em 2010, foram atribuídas 20 bolsas: 2 a pessoas da FCSH, 4 do ICS, 5 de Coimbra, 2 do ISCSP e 7 de outras universidades. O júri era composto por Maria José Stock (Presidente, U. Évora), António Costa Pinto (ICS), Nuno Severiano Teixeira (FCSH),

Conceição Pequito Teixeira (ISCSP), Marina Costa Lobo (ICS) e Silvério da Rocha e Cunha (U. Évora).

- Em 2011, foram atribuídas 24 bolsas: 7 a pessoas da FCSH, 2 a pessoas do ICS, 5 do ISCTE, 2 do ISCSP e 8 a pessoas de outras universidades. O júri era então composto por Marina Costa Lobo (Presidente, ICS), Nuno Severiano Teixeira (FCSH), Juan Pedro Mozzicafreddo (ISCTE), Luís Filipe Lobo-Fernandes (U. Minho), Conceição Pequito Teixeira (ISCSP), e Carlos Jalali (U. Aveiro).
- Em 2012, foram atribuídas 12 bolsas. 9 a pessoas da FCSH, 1 do Politécnico de Bragança, 1 da U. Minho e 1 não conseguiu determinar. O júri foi composto por Marina Costa Lobo (Presidente, ICS), Nuno Severiano Teixeira (FCSH), Juan Pedro Mozzicafreddo (ISCTE), Luís Filipe Lobo-Fernandes (U. Minho), Conceição Pequito Teixeira (ISCSP), Carlos Jalali (U. Aveiro) e Carmen Isabel de Oliveira Amado Mendes (U. Coimbra). Ou seja, o júri manteve-se praticamente inalterado em relação a 2011. E 75% das bolsas foram atribuídas a candidatos da FCSH.

Fez ainda referência à falta de transparência, entendendo que as suspeitas que recaem sobre a FCT permitem concluir que grande parte do que passa por investigação científica em Portugal corre o risco de não ter validade científica, por estar enviesado ideologicamente, politicamente ou em virtude de relações pessoais desconhecidas do público entre os membros do júri e os candidatos, já que muitos destes membros do júri são também orientadores de candidatos nas respetivas universidades.

Fez ainda alusão à morosidade de todo o seu processo, não compreendendo como é possível que se arraste quase 1 ano e seja completamente desfasado do ano letivo. Referiu-se também à dificuldade de contacto e de obtenção de resposta, por parte da FCT, que não responde às missivas de professores universitários e à do próprio.

Por último, questionou os Deputados sobre quem nomeia e quem fiscaliza o júri e qual a razão para tanta repetição dos seus membros.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que a resposta às missivas deverá constituir obrigação de uma entidade pública, que deve responder às dúvidas dos cidadãos. Questionou ainda se é habitual a ausência de profundidade nos critérios e pediu sugestões sobre o tipo de normas processuais a adotar ou sobre os mecanismos que permitiriam evitar este tipo de constrangimentos.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) considerou que a denúncia que é apresentada poderá servir para evitar outros casos semelhantes, garantindo que esta audiência terá seguramente consequências. Afirmou que questionou a Sra. Secretária de Estado da Ciência sobre questões de arrogância e favorecimento na FCT, pese embora os ecos que chegam à AR digam respeito a questões de natureza pecuniária. Considerou que não cabe à Assembleia da República pronunciar-se sobre a avaliação ou critérios de avaliação das bolsas, mas perante uma tão forte denúncia, entende que não pode ficar indiferente. Colocou ainda algumas questões, nomeadamente sobre a forma como são nomeados os júris e sobre as razões para se manterem os mesmos membros durante anos.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) agradeceu a exposição e manifestou-se chocada com as acusações que foram feitas, tendo anunciado que irá questionar a FCT e o Governo sobre os critérios de constituição dos júris. Colocou ainda uma questão sobre as circunstâncias do recurso e quis saber a razão por que foi considerado irrelevante.

Respondendo às questões colocadas, o Dr. Samuel Pires afirmou que o seu caso é irrelevante, pretendendo com esta denúncia evitar que outros portugueses sejam igualmente injustiçados. Considerou fundamental a fiscalização da FCT e esclareceu que a ausência de profundidade de critérios é habitual. Sugeriu ainda que uma das formas de ultrapassar a falta de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

transparência seria a mudança dos membros do júri, considerando incompreensível que sejam sistematicamente os mesmo.

Por último, esclareceu como se processa a fase de recurso e disse não compreender que não seja tornado público o júri que analisa o recurso. Adiantou ainda que o indeferimento da bolsa o obrigou a voltar a Portugal, interrompendo assim o projeto que estava a desenvolver em Inglaterra.

A Sra. Deputada Mónica Ferro (PSD) fez alusão ao seu caso concreto, enquanto docente do ISCSP, que recebeu uma bolsa de doutoramento concedida por aquele júri, mas considerou que a origem dos membros do júri, recorrentemente da área da Sociologia Eleitoral, tem prejudicado a análise das candidaturas, pelo que defendeu que o mesmo passe a integrar profissionais da área das Relações Internacionais. Propôs ainda a inclusão de júris portugueses e estrangeiros, como forma de garantir a sua idoneidade.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão na Internet](#).

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2013

A assessora da Comissão,
Cristina Tavares